

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010905-08.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Provas**
 Requerente: **Eunice de Carvalho Baldan**
 Requerido: **Lojas Seller Mnt Magazine Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO 1010905-08.2017.8.26.0566.**

Vistos.

EUNICE DE CARVALHO BALDAN ajuizou a presente **AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO COM DANOS MORAIS E PEDIDO CAUTELAR ANTECEDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face da empresa **LOJAS SELLER MAGAZINE LTDA**, todos devidamente qualificados.

Aduz a requerente em breve síntese, que no dia 21/08/2017 enviou uma notificação extrajudicial a empresa requerida, para que pudesse ter informações sobre eventuais débitos e assim obter pleno esclarecimento de sua negativação concretizada por ela em 14/03/2015. Salaria que a requerida não se manifestou, deixando de mostrar interesse em resolver a questão em discussão.

A inicial veio instruída por documentos (fls.10/24).

Pela decisão de fls. 25, foi indeferida a antecipação da tutela.

Audiência de conciliação restou infrutífera (fls.40).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Regularmente citada (fls. 27), a requerida respondeu a fls. 42/54. Preliminarmente alegou a carência da ação por falta de interesse processual; no mérito argumenta que a autora não comprovou qualquer abalo moral; pugnou pela impossibilidade de sua condenação em danos morais, pois, ao analisar a tela trazida, verificou que a autora possui outras 15 (quinze) negativações em seu nome. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação. Juntou documentos as fls.55/76.

As partes foram instadas a produzir provas (fls.102), requerente permaneceu inerte (cf. certidão de fls.106) e o requerido manifestou desinteresse (fls.103).

É o RELATÓRIO.

DECIDO, no estado que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A questão debatida deve ser avaliada consoante os ditames do CDC.

Primeiramente o interesse de agir está calcado no trinômio necessidade-adequação-utilidade; ao mesmo tempo em que decorre da impossibilidade de solução do conflito pela via extrajudicial; a ação proposta deve ser adequada ao direito material reclamado, tornando, assim, útil o provimento jurisdicional.

Assim, nesse aspecto, a autora tem interesse de agir, uma vez que pleiteia vista de documento para, na sequência, ver reconhecida a inexigibilidade do débito e a indenização de danos morais que alega ter experimentado.

Fica, deste modo, rechaçada a preliminar arguida a fls. 43.

No mérito, cabe consignar que a autora com a inicial trouxe além de documentos pessoais (fls. 12/18), a carta de solicitação de exibição do contrato que encaminhou à requerida (fls. 21/24).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A requerida, de outra feita, com a defesa, encartou o comprovante de compra pela autora, no valor de R\$ 227,20, que conta, inclusive, com a assinatura daquela.

Intimada a se manifestar em termos de réplica, a requerente silenciou, conforme certidão de fls. 101, e também silenciou sobre a decisão que a convocou para especificar provas.

Realmente consta do documento de fls. 11 (encartado com a portal), que o nome da autora foi negativado pela empresa requerida, pelo valor de R\$ 0,97 e tal restrição, permaneceu no sistema pelo período de 07/01/2015 a 14/03/2015.

Ocorre que o documento de fls. 75, trazido pela ré, dá conta de que a autora realmente contratou com ela, pelo valor de R\$ 227,20 e foi emitido, inclusive, um carnê, para pagamento parcelado (04 parcelas, com vencimentos de 07/12/2014, 07/014/2015, 07/02/2015 e 07/03/2015).

A autora se limita a negar a contratação e não prova ter pago o montante de R\$ 0,97 que deu causa a inclusão de seu nome no SCPC.

Assim, não pode ser proclamada a inexigibilidade do referido valor.

O pleito de danos morais improcede também por tal motivo e ainda pelo fato da autora ter registrado outras (várias) negativas contemporâneas e frequentar a “lista” desde 2011, ostentando apontamentos de outros credores em 2015, 2016 e 2017.

Como prevê a **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com o autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Concluindo: a autora não tem direito a exclusão da negativação e não faz jus à indenização por menoscabo moral, por força do entendimento sumulado já consignado.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES OS PLEITOS CONTIDOS NA PORTAL (DECLARATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E DANOS MORAIS).**

Ante a sucumbência fica a autora ainda condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao procurador da ré, que fixo em 10% sobre o valor dado à causa. No entanto, deverá ser observado o disposto no art. 98, parágrafo 3º do CPC, tendo em vista que a ela foi concedida a benesse da gratuidade de justiça.

Publique-se Intime-se.

São Carlos, 18 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**